

política

Período de convenções partidárias começa hoje

Prazo para realização dos eventos encerra em 5 de agosto



A partir de hoje tem início o período das convenções partidárias para oficializar candidaturas às eleições de 2026 junto à Justiça Eleitoral. No caso do RS, pelo menos seis partidos com pretendentes ao Piratini já anunciaram datas para os eventos de confirmação dos nomes. O prazo para as convenções encerra em 5 de agosto.

A primeira deve ser a do PL, marcada para a quarta-feira no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa, em Porto Alegre. A sigla vai confirmar a candidatura do deputado federal Luciano Zucco ao Palácio Piratini. O parlamentar tem como vice a deputada estadual Silvana Covatti (PP), e apoia os deputados federais Marcel van Hattem (Novo) e Ubiratan Sanderson (PL) ao Senado.

Já em 25 de julho, o PDT oficializa a candidatura de Juliana Brizola ao governo do Estado na Casa do Gaúcho, em Porto Alegre. Ela tem Edegar Pretto (PT) como vice, e compõem a chapa os pretendentes ao Senado Manuela d'Ávila (PSOL) e Paulo Pimenta (PT).

Completando as agendas de julho, o pré-candidato do PSDB ao Piratini, Marcelo Maranata, tem



TÂNIA MEINERZ/JC

Pelo menos seis pretendentes ao Piratini já anunciaram datas

convenção agendada para o dia 30, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O seu vice é Cláudio Diaz, e buscam vagas no Senado Milton Cardoso (PSDB) e Renato Jaguarão (Cidadania).

No dia seguinte, 1º de agosto, estão agendadas a do MDB e do PSTU. Os emedebistas lançam o atual vice-governador Gabriel Souza como candidato ao Piratini, em evento no Teatro Dante Barone. Ele tem Ernani Polo (PSD) como vice, e estão na disputa ao Senado o ex-governador Germano Rigotto (MDB) e o deputado estadual Frederico Antunes (PSD).

O PSTU lança Rejane de Oliveira a governadora, além do vice, Adão Lima. Os nomes ao Senado são Régis Ethur e Daniela Maidana.

Por fim, a UP fará convenção para confirmar a candidatura de

Priscila Voigt ao Palácio Piratini. Ela deve concorrer com Naf Nascimento, candidata a vice. Os candidatos a senador Tânia Peres e Luciano do MLB completam a chapa pura da UP.

Datas das convenções partidárias dos piratináveis:

- 22/7 - Luciano Zucco (PL)
- 25/7 - Juliana Brizola (PDT)
- 30/7 - Marcelo Maranata (PSDB)
- 1º/8 - Gabriel Souza (MDB)
- 1º/8 - Rejane de Oliveira (PSTU)
- 2/8 - Priscila Voigt

*A reportagem não conseguiu informações sobre a data da convenção do PCO, que tem César Pontes como pré-candidato ao Piratini

Em Porto Alegre, Caiado critica adversário do campo da direita

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Em visita ao Rio Grande do Sul na sexta-feira, o pré-candidato à Presidência e ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), comentou sobre o processo eleitoral e as recentes polêmicas envolvendo o adversário na disputa, Flávio Bolsonaro (PL). Para Caiado, o senador não deu respostas “à altura” dos escândalos. Ele também avaliou que o presidente Lula (PT), que é pré-candidato à reeleição, quer enfrentar Flávio em um eventual segundo turno ao Planalto.

“São situações que ele (Flávio Bolsonaro) que deve explicar à sociedade. Neste momento, o que a sociedade está assistindo é uma fragmentação na base de apoio, porque todos esses escândalos que vieram não tiveram uma resposta à altura. E, ao mesmo tempo, é lógico que existe um interesse para que ele seja preservado na campanha, porque é exatamente aquilo que o Lula deseja ter como adversário”, disse o pré-candidato. Os casos mencionados por Caiado são relacionados ao escândalo do Banco Master, denúncias de “rachadinha” de Flávio e possível interferência do senador e da família Bolsonaro no anúncio dos Estados Unidos de tariffar uma série de produtos brasileiros em 25%.

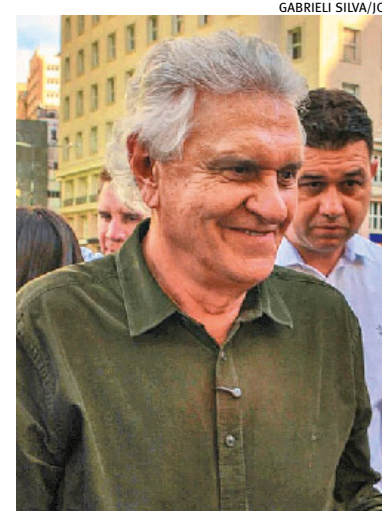
Questionado sobre como avaliava uma eventual saída de Flávio da disputa à Presidência, Caiado afirmou que não pode responder e que esta é uma questão “pessoal e partidária”.

O pré-candidato também co-

mentou sobre as tarifas anunciadas pelo governo Donald Trump a produtos brasileiros, e culpou tanto o governo Lula quanto as ações da família Bolsonaro pela medida.

“Lula e Flávio estão jogando o mesmo jogo, ou seja, preocupados com a eleição. E o Brasil mais uma vez tarifado”, pontuou.

Ronaldo Caiado cumpriu uma série de agendas no Interior gaúcho entre quinta e sexta. Ele visitou o Mercado Público de Porto Alegre acompanhado pelos quatro integrantes da chapa ao Piratini que o apoia ao Planalto: o pré-candidato a governador Gabriel Souza (MDB); pré-candidato a vice Ernani Polo (PSD); e os pré-candidatos ao Senado Germano Rigotto (MDB) e Frederico Antunes (PSD). Além destes, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), aproveitou a vinda de Caiado à Capital para encontrá-lo.



GABRIELI SILVA/JC

Pré-candidato à presidência almoçou no Mercado Público

Moraes nega autorização à visita de Milei em prisão domiciliar de Bolsonaro

/ JUSTIÇA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) uma autorização para receber o presidente argentino Javier Milei e uma delegação do governo do país vizinho no próximo dia 25, às 16h, em sua casa, onde cumpre prisão domiciliar.

Segundo Moraes, a decisão da última sexta-feira que manteve o direito de Bolsonaro à prisão domiciliar, mas proibiu visitas e manifestações políticas, prejudica o pedido da defesa, “uma vez que, salvo as visitas permanentes médicas, fisioterapêuticas e dos advogados, as demais visitas estão em suspensão pelo prazo de 30 dias”.

A decisão de sexta foi deter-

minada pelo próprio Moraes, que concluiu que o ex-presidente descumpriu medidas cautelares após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, ler nas redes sociais uma carta em que Bolsonaro o coloca como porta-voz. Após questionamento de Moraes sobre a possível violação da determinação de não se manifestar nas redes, inclusive por terceiros, a defesa de Bolsonaro alegou que ele não sabia que a carta seria “publicizada”. Moraes, porém, rejeitou os argumentos.

No pedido pela autorização da visita, a defesa argumentou que a suspensão temporária de visitas estabelecida por Moraes antes mesmo da decisão da sexta encontrava fundamento nas circunstâncias clínicas então vivenciadas

pelo ex-presidente, “notadamente na necessidade de preservação de ambiente controlado durante o período de recuperação de broncopneumonia, com vistas à preservação de infecções e demais intercorrências médicas”.

“Assim, embora a decisão posteriormente proferida tenha determinado a manutenção, em termos gerais, das condições anteriormente fixadas, afigura-se plenamente justificável que a autorização específica ora requerida seja apreciada à luz das circunstâncias atualmente existentes, especialmente porque o fundamento médico que ensejou aquela restrição possuía caráter nitidamente transitório. Cuida-se, ademais, de visita de Chefe de Estado estrangeiro previamente comunicada, de curta

duração e cuja realização permanece integralmente submetida ao prévio controle e autorização desse Juízo”, argumenta a defesa.

Milei já disse que virá ao Brasil para apoiar a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência da República. Na ocasião, ele indicou que pretendia visitar Jair Bolsonaro na prisão domiciliar.

Além de Milei, participariam da visita, segundo a defesa de Bolsonaro, Karina Milei, secretária Geral da Presidência e irmã do Javier Milei, Pablo Quirino, ministro das Relações Exteriores, e um intérprete.

Moraes manteve a prisão domiciliar de Bolsonaro, mas proibiu manifestações políticas e visitas após concluir que o ex-presidente violou medidas cautelares após

Flávio ler uma carta sua no dia 11 deste mês.

“As alegações da Defesa não afastam a claríssima confissão de Flávio Bolsonaro, no sentido do pleno conhecimento de Jair Messias Bolsonaro sobre a divulgação: ‘É imperdível, um recado muito importante que ele quer dar a toda a nossa nação’”, destacou Moraes, em referência à fala de Flávio Bolsonaro, que é também advogado do pai.

Segundo o relator, é “patente, portanto, o desrespeito de Jair Messias Bolsonaro à medida cautelar, cuja fiel observância é requisito obrigatório para o cumprimento da prisão domiciliar humanitária”. A PGR também apontou violação da medida cautelar, mas defendeu a manutenção da prisão domiciliar.